

1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos quatro dias de**
2 **novembro de dois mil e nove.** Estavam presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**
3 **Movimentos Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sr.
4 Waldomiro Aprile Junior; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Izabel Pereira de Oliveira,
5 Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Antônia Bersi, Sr. Cláudio Trombetta, Sra.
6 Ivone Crescêncio da Silva Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Maria José
7 Marta da Costa; **I.4. Movimentos Sindicais:** Sr. Adilson Momento, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II.**
8 **Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francinete da
9 Silva, Sr. João das Graças Silva; **b. VISA:** Sra. Eloísa Israel de Macedo; **c. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos**
10 **e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antônio Facin; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos,
11 Sr. Wander de Oliveira Villalba; **II.3. Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde Privados:** Sr. José Augusto
12 de Souza; **II.4. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da Penha; **III. Gestores: III.1. Secretaria**
13 **Municipal de Saúde:** Sra. Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador Affonso
14 Fernandes Pinheiro; **III.2. Departamento Regional de Saúde VII:** Sra. Rosaura Correia Leves; **III.3. Prestadores**
15 **em Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger Keunecke; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I.**
16 **Usuários: I.1. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Teresita del Niño Jesus de La Nuez Quintana; **II. Trabalhadores:**
17 **II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde Lúcio Vitorino; **b. Hospitais**
18 **e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sra. Neuza Aparecida Cardoso Carvalho; **II.2. Conselhos e**
19 **Associações de Classe:** Sr. Hildebrando de Barros Ribeiro; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:**
20 Sra. Lígia Aparecida Neaime de Almeida, Sra. Sílvia Aparecida Maria Lutaif Dolci Carmona. O Sr. Pedro
21 Humberto, presidente do Conselho Municipal de Saúde, iniciou a reunião extraordinária dando as boas vindas a
22 todos os participantes. O Sr. José Carlos informou **as pautas** da reunião sendo: **I. Informes; II. Continuação da**
23 **apresentação, discussão e votação do Plano Municipal de Saúde 2010 – 2013,** realizada pelo Dr. Savério e Sr.
24 Fábio Forte; **III. Apresentação e discussão do Plano Operativo e da Prestação de Contas do Complexo**
25 **Hospitalar Ouro Verde,** realizada pela Dra. Taniella, Dra. Renata e Sra. Alexandra. O Sr. José Carlos realizou os
26 seguintes informes: comemoração dos 30 (trinta) anos do Hospital e Maternidade Celso Pierro, ocorrida no dia
27 30 de outubro, sendo o convite encaminhado por correio eletrônico para os conselheiros; curso “Quando
28 suspeitar de câncer na infância e na adolescência”, nos dias 27 e 28 de novembro, no Centro Boldrini; I
29 Campinas Café Festival, nos dias 05, 06, 07 e 08 de novembro, na Estação Guanabara; Inauguração do Banco de
30 Caixas Plásticas, CEASA, no dia 05 de novembro; 1ª Mostra de Cinema de Campinas, nos dias 11, 12, 13 e 14 de
31 novembro, no Museu de Imagem e Som. A Sra. Teresita informou sobre as atividades da Conferência Estadual
32 de Saúde Ambiental, e apresentou sua preocupação com a eleição de delegados devido à representatividade.
33 Apontou que teve problemas com transporte e traslado, onde não houve financiamento pela Secretaria
34 Municipal de Saúde. Após, o Dr. Savério iniciou a discussão, com questões merecedoras de destaque e reparos,
35 como a não menção à política de saúde dos deficientes, explicando que o Plano fora dividido em eixos, não
36 sendo detalhadas as áreas programáticas. Informou que seria contemplado no Plano. Sobre a participação dos
37 conselhos municipais, distritais e locais de saúde na construção do Plano Municipal de Saúde e nas
38 Programações Anuais de Saúde, explicou que foram utilizadas para a construção do plano as conferências
39 municipais de saúde, as conferências temáticas e os planos de ações e metas, documentos estes construídos
40 democraticamente por gestores, trabalhadores e usuários. A estratégia para a construção seria uma condução
41 interna no primeiro momento, montando os objetivos e diretrizes. Após a votação do Plano Municipal de
42 Saúde, inicia-se a construção das Programações Anuais de Saúde, mais específicas de cada unidade de saúde,
43 sendo fundamental a participação dos conselhos municipal, distritais e locais de saúde. A participação dos
44 conselhos de saúde valoriza a programação, qualificando a fiscalização das ações da SMS. Sobre a cobertura
45 baixa da Saúde da Família, explicou que a estratégia é importante, mas existem outros fatores envolvidos com
46 as condições sócio-econômicas, na saúde da população. Apontou que muitos indicadores têm melhorado de
47 forma consistente, porém são necessárias mais melhoras. Abertas as inscrições, a Sra. Francisca apontou que o
48 Plano Plurianual não consta a previsão de recursos humanos e questiona se é necessário. O Sr. Trombetta
49 afirmou que os recursos humanos devem constar no PPA. Diz que se o PPA tem deliberações da sétima e da
50 oitava conferências municipais de saúde, não apresenta o Pronto Socorro do Distrito Leste e a falta de agentes
51 de saúde. Solicitou a participação mais efetiva dos conselheiros participantes da caravana em defesa do SUS
52 que cobrem o aumento do quadro de recursos humanos da SMS, pois somente dessa forma é possível
53 qualificar o atendimento público de saúde de Campinas. A Sra. Eloísa queixou-se que não conseguira ler o
54 documento, questionou o item “apoiar a aquisição de medicamentos especiais (judicializados)” e falou sobre a
55 falta de recursos humanos e equipamentos, impactando na estrutura da Vigilância em Saúde. O Sr. Waldomiro

56 questionou novamente a data do concurso e como serão operacionalizados os novos centros de saúde. O Sr.
57 Mendes questionou as construções e as reformas em unidades, onde gastar menos de 10% (dez por cento) é
58 lamentável. Reclamou da estrutura física do Centro de Saúde do Jardim Santa Mônica que conta com apenas
59 01 (um) banheiro. A Sra. Yara lembrou a construção do SUS como um processo ao longo de 20 (vinte) anos e
60 as responsabilidades dos conselheiros locais. Propôs a criação de uma Comissão de Acompanhamento do PPA e
61 a formulação de uma carta para sensibilizar o prefeito, Dr. Hélio de Oliveira Santos, sobre o problema da falta
62 de recursos humanos na Secretaria Municipal de Saúde. A Sra. Cristina Ilário afirmou que a qualificação dos
63 conselheiros faz parte do Plano de Ações e Metas do Conselho Municipal de Saúde. Apontou que existe uma
64 confusão do espaço de cidadania e de conselho com o cotidiano e as dificuldades do dia a dia, esquecendo de
65 coisas já discutidas há tempos. Afirmou não adiantar a carta ao prefeito, caso o conselho municipal de saúde
66 não se posicionar frente aos conselhos estadual e nacional de saúde, sendo necessários movimentos para
67 discutir ações sobre as contratações para a área da saúde. Apontou a importância da participação e não só
68 denunciar. Falou sobre a importância da pauta da presente reunião e elogiou o Plano Municipal de Saúde.
69 Explicou que os gestores devem apresentar as propostas para o Conselho Municipal de Saúde, sendo que
70 indicadores técnicos são papéis dos técnicos da SMS. A Sra. Maria José ressaltou o fato do Dr. Savério ter
71 apontado as falhas na construção do PPA, surgindo novas propostas de melhorias para os próximos anos.
72 Apontou que a política é lenta. Sugeriu que para o próximo PPA seja incluída a opinião dos cidadãos. A Sra.
73 Ivone questionou o porquê que os usuários não foram convidados para a construção do Plano Municipal de
74 Saúde, sendo os principais interessados. O Sr. Marcos enalteceu as falas e falou sobre a abordagem do PPA de
75 verbas para as reformas e a humanização de atendimento, sendo esse o momento para a discussão. Diz que os
76 gestores devem apresentar respostas, uma vez que o atendimento está comprometido. O Sr. Pedro Humberto
77 afirmou que a participação é garantida em todos os momentos da construção. Sugeriu as pautas livres para
78 discussão no CMS, sendo a construção da Programação Anual da Saúde uma. Afirmou não ser fácil construir um
79 plano, sendo que algumas questões demandam mais tempo que outras para a resolução. A SMS vem
80 apresentando algumas questões ultimamente, como o quadro de recursos humanos, sendo importante o CMS
81 estar próximo ao governo lutando pela ampliação deste quadro. A SMS deve se reunir com os técnicos para as
82 propostas de resoluções de questões e essas propostas apresentadas para o CMS, sendo que essas discussões
83 não são veladas a participação. Afirmou que o Centro de Saúde Boa Esperança não será fechado. A função dos
84 conselheiros é a fiscalização das estruturas e dos serviços prestados na saúde. Lembrou que em 2010 deverá
85 ser realizada a 9ª Conferência Municipal de Saúde, onde deverão ser avaliados os acertos e os erros, assim
86 corrigindo-os. Apoiou a comissão de acompanhamentos nos Distritos de Saúde. O Dr. Savério diferenciou o
87 Plano Municipal de Saúde, como sendo genérico e amplo, e as Programações Anuais de Saúde, como sendo
88 mais específicos e locais, com a participação dos conselheiros de saúde. Explicou que o Plano Municipal de
89 Saúde, produzido pela SMS e votado pelo CMS, deve estar vinculado ao PPA, feito pelo Poder Executivo do
90 município e votado na Câmara dos Vereadores. Diz que no PlanejaSUS, existe o apontamento que o CMS deve
91 apreciar o Plano Municipal de Saúde e defendeu a participação do CMS nas discussões técnicas na construção
92 da programação anual de saúde, sendo que existe uma discussão com o CETS sobre a metodologia. Sobre a
93 estrutura da Vigilância em Saúde, explicou que fora colocado nos itens “diagnósticos”, sendo uma
94 apresentação não detalhada desta estrutura, devendo ser detalhado as propostas de recursos. Explicou que
95 existem alguns pontos que estarão sendo modificados como o Plano de Ações e Metas da Vigilância explicitado
96 no Plano Municipal de Saúde, a política de saúde dos deficientes, a taxa de fecundidade e as diretrizes da
97 urgência e emergência. Apontou que o Plano não é imutável, podendo ser revisto em qualquer momento ao
98 longo do tempo, podendo, inclusive, ter participação do Conselho Municipal de Saúde. Sobre os recursos
99 humanos, sempre apontaram a necessidade de completar o quadro de funcionários dos equipamentos já
100 existentes antes de construir novas unidades, sendo limitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Sra. Sílvia
101 Carmona pontuou a falta de recursos humanos e solicitou cuidados com as generalizações, como faltas
102 pontuais. Afirmou que aumentou o número de profissionais de saúde, como recepção, auxiliares de farmácia,
103 enfermeiros, auxiliares de enfermagem e médicos, porém aquém do número ideal. Ressaltou a melhoria de
104 alguns indicadores, como a mortalidade infantil. Explicou que para a realização do concurso público deve-se
105 obedecer etapas, como a licitação da empresa que realizará o concurso, etapa esta que já fora realizada. Após,
106 deve ser encaminhada à Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Finanças. Lembrou que Campinas
107 encontra-se no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Falou que a SMS tenta convencer a administração o
108 impacto negativo que a falta de recursos humanos cria, principalmente, na saúde pública. Apontou que não
109 houve aumento no investimento em recursos humanos e, sim, aumento no custeio de recursos humanos,
110 abordado no PPA. A Sra. Maria Cecília explicou que não é porque uma reforma não está no Plano, não será

111 realizada, citando o exemplo dos CAPSs. Informou que, em conversa com o ministro da saúde, sobre uma linha
112 de financiamento próprio para a construção dos CAPSs, necessários para a implantação das modificações na
113 área da Saúde Mental. Afirmou ser fundamental a comissão de acompanhamento do PPA. Após, o Sr. José
114 Carlos iniciou a votação nominal, levando em consideração as ratificações seguintes: citar a política de saúde
115 para deficientes, alteração da taxa de fecundidade, diretrizes da urgência e emergência e a especificação do
116 PAM da Vigilância em Saúde; sendo os seguintes **conselheiros votaram favorável**: Sr. André, Sra. Maria de
117 Fátima, Sr. Waldomiro, Sra. Izabel, Sra. Antônia, Sra. Maria José, Sr. Wander, Sra. Maria Cecília, Sr. Pedro
118 Humberto, Sr. Salvador, Sra. Rosaura, Sr. Eduardo, Sra. Lígia, Sra. Maria Ivonilde, Sr. Hildebrando; os seguintes
119 **conselheiros votaram contrário**: Sr. João Xavier, Sra. Denise Mateus, Sra. Leonilda, Sr. Cláudio Trombetta, Sra.
120 Ivone, Sr. José Mendes, Sra. Maria Helena, Sr. João das Graças, Sr. José Augusto, Sr. Luis Cláudio; e os seguintes
121 **conselheiros se abstiveram**: Sr. Sidney, Sra. Eloísa, Sr. Antônio Facin. Portanto, por 15 (quinze) votos
122 favoráveis, 10 (dez) votos contrários e 03 (três) abstenções, o **Plano Municipal de Saúde 2010 – 2013** foi
123 **aprovado** pelo Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Wander solicitou uma questão de ordem sobre a
124 participação do Sr. Júlio César, pois o mesmo é conselheiro municipal de saúde em Hortolândia pelo segmento
125 gestor, havendo contradição em sua representatividade como trabalhador no conselho municipal de saúde em
126 Campinas. Afirmou ainda que o mesmo tem assinado a lista e se retirado da reunião. Solicitou o seu
127 desligamento e a titularidade do suplente Sr. Hildebrando. O Sr. Antônio Facin questionou o porquê não fora
128 apontado na presença do conselheiro Júlio César. O Sr. Trombetta afirmou que no caso do conselheiro
129 apresentar as faltas previstas no regimento interno tem que ser desligado, porém alegou que existem
130 conselheiros gestores que assinam a lista e se retiram durante a reunião. Afirmou que existem gestores que
131 chegam atrasados e assinam a lista após o seu recolhimento e que alguns já excederam as faltas permitidas
132 pelo regimento interno. O Sr. João Xavier apontou que se deve cumprir o regimento interno. O Sr. José Carlos
133 falou que a mesa já verificou a saída de conselheiros usuários, trabalhadores e gestores durante a reunião do
134 CMS; perguntou qual conselheiro assinou a lista após o recolhimento da mesma, sendo que as listas estão à
135 disposição de todos os conselheiros para consulta. O Sr. Wander afirmou que se sente lesado por não poder
136 contar com um conselheiro de seu segmento. A Sra. Yara solicitou o encaminhamento das propostas da
137 comissão e da carta ao prefeito. O Sr. José Carlos apresentou as duas propostas da comissão do PPA sendo
138 municipal ou distrital, em regime de votação, por 12 (doze) votos favoráveis à comissão municipal, 11 (onze)
139 votos favoráveis à comissões distritais e 02 (duas) abstenções, fica aprovada a criação da Comissão Municipal
140 de Acompanhamento do PPA. A Sra. Leonilda relatou a falta de participação dos conselheiros municipais nas
141 comissões. A Sra. Maria Cecília propôs que na composição desta comissão deve haver conselheiros distritais de
142 saúde. O Sr. João Xavier falou sobre as diferentes realidades dos distritos de saúde. O Sr. Pedro Humberto
143 propôs que seja discutido na próxima reunião da Comissão da Secretaria Executiva a composição da comissão
144 de acompanhamento e a confecção da carta para o prefeito sobre a situação dos recursos humanos da
145 Secretaria Municipal de Saúde. Após, a Dra. Taniella iniciou a apresentação do Plano Operativo e da Prestação
146 de Contas do Complexo Hospitalar Ouro Verde, explicitando os números de leitos, internações e dados
147 estatísticos dos pacientes atendidos. Explicou sobre a implantação da segunda fase do Complexo e quais as
148 ações serão realizadas. Abertas as inscrições, o Sr. Trombetta afirmou-se contra as terceirizações. Apontou
149 deficiências no Programa de Saúde do Homem. Perguntou o que seriam os gastos com quilometragem corridos
150 e sobre a solicitação de parecer jurídico, no valor de R\$ 2.371.738,47 (dois milhões, trezentos e setenta e um
151 mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e sete centavos) assinado pelo Dr. Saraiva, sobre o
152 reconhecimento de débito da empresa Chain Engenharia, sem passar pelo CMS e sem licitação. A Sra. Liana
153 solicitou a retirada da placa de “atendimento inteiramente gratuito”, pois não existe trabalho voluntário.
154 Queixou-se da demora para a marcação de consultas e a falta de informações. O Sr. Mendes perguntou sobre a
155 planilha apresentada e questiona o funcionamento do CHOV, se existe porta dupla de atendimento. A Sra.
156 Izabel questionou na reunião da Comissão da Secretaria Executiva sobre a recontração do convênio. Afirmou
157 que se existe termos aditivos, estes devem passar pelo pleno do CMS, como ocorrera com o convênio com a
158 Irmandade de Misericórdia. Questionou sobre a apresentação dos valores gastos especificados, não sendo
159 uma prestação de contas, e sim, projetos e dados estatísticos, como consultas. Perguntou se o contrato de
160 metas e a avaliação de usuários já estão funcionando. Questionou sobre a ausência de representantes do
161 SPDM/UNIFESP na presente reunião. A Sra. Maria Helena perguntou se procede a denúncia que recebera que
162 houve remanejamento de funcionários da limpeza do Hospital para a Diretoria, antes da visita do ministro da
163 saúde. Perguntou ainda se houve a modificação da placa onde não constava o logo do SUS. O Sr. Pedro
164 Humberto alegou que não testemunhou um hospital sujo, sendo o contrário. A Sra. Maria Helena explicou que
165 o fato ocorrera durante a noite. A Sra. Maria Cecília apresentou as co-gerentes do convênio. A Sra. Alexandra

166 informou que foi feito um trabalho para o desenvolvimento da pesquisa de satisfação dos usuários pelo
167 Conselho Local de Saúde, sendo retomada em setembro, devido à interrupção pela gripe H1N1. Lembrou que é
168 o usuário que aborda os usuários para a realização da pesquisa. Informou que existem escalas de limpezas
169 terminais de acordo com o setor, sendo mantidas todas as limpezas concorrentes. Lembrou que o ministro não
170 visitara as dependências administrativas do CHOV. A Sra. Renata explicou que houve problemas
171 administrativos no ambulatório, como o tamanho insuficiente, sendo necessárias adequações administrativas.
172 Explicou que o acesso às especialidades ocorre pelo sistema SOL, sendo referenciado pelas unidades de saúde.
173 A Sra. Taniella explicou que, em relação ao projeto da Saúde do Homem, deve começar nas unidades básicas
174 de saúde, de caráter preventivo. O CHOV seria uma retaguarda de exames e diagnósticos. Informou que fora
175 criada uma comissão de humanização e comunicação social, pela SMS, que está discutindo a qualificação de
176 informações e placas de identificação, sendo que o CHOV solicitou uma reunião ao CETS para uma discussão
177 específica para o Complexo. Sobre a prestação de contas, informou que será enviada ao CMS uma planilha com
178 os relatórios de gastos, com gastos com pessoal, insumos, serviço de terceiros e apoio técnico. O Sr. Trombetta
179 solicitou uma questão de ordem, explicando que só chegara a documentação para o CMS e para o Conselho
180 Fiscal de Saúde, pois fora solicitado por ele. A Sra. Maria Cecília informou que a prestação de contas tem sido
181 feita mensalmente, estando à disposição *online*, tendo os conselheiros participantes da Comissão Gestora total
182 acesso aos documentos. Convidou os conselheiros municipais de saúde para participarem da Comissão de
183 Acompanhamento do convênio. Explicou que o termo aditivo não fora necessário, pois as verbas previstas para
184 a primeira fase de implantação do convênio fora atingido agora, existindo apenas realocação de verbas.
185 Relatou que houve triplicação de consultas de algumas especialidades e a disposição de exames considerados
186 nós críticos na primeira fase, sendo que estavam previstos para a segunda fase de implantação do convênio.
187 Com a publicação no Diário Oficial da União da liberação da verba de R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de
188 reais), após a visita do ministro, será iniciada a segunda fase com novas metas e novos recursos. A Sra.
189 Alexandra explicou que os funcionários da limpeza são próprios da SPDM, sendo mais vantajoso a contratação
190 e o treinamento de seus funcionários. Sobre o parecer jurídico, publicado em Diário Oficial do Município, é
191 referente à obra e não ao convênio. A Sra. Taniella explicou que quando fora formalizado o convênio com a
192 UNIFESP/SPDM, fora realizado um convênio com uma instituição que realiza visitas técnicas periódicas a todos
193 os hospitais conveniados no estado de São Paulo. Ressaltou que não existe taxa de administração para este
194 convênio, sendo todo o recurso repassado é gasto, como consta na prestação de contas, no item apoio técnico.
195 A visita é importante para a qualificação dos serviços. A Sra. Eloísa, representante de acompanhamento do
196 CHOV, informou que houve desencontros de documentações no início, sendo que a comissão tem realizado
197 esforço grande para a qualificação e melhoria do hospital. O Sr. Pedro Humberto encerrou a reunião,
198 agradecendo a participação de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário
199 executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA, assinando-a com os demais presentes.